

COMUNICAÇÃO (COMUNHÃO) PESSOAL DE DEUS COM O HOMEM

*Pedro Alberto Kunrath**

Resumo

No desenvolvimento histórico da teologia da graça, admitem-se novas orientações. As sucessivas controvérsias dos séculos XVI a XVIII deixaram na sombra a doutrina que está ao centro da Revelação: a divinização do cristão, o mistério de sua união com Cristo, a inabitação do Espírito Santo. A graça é comunicação (comunhão) pessoal de Deus, transforma o homem e realiza nele uma relação especial para com as Pessoas divinas que habitam em sua alma e que imprimem nele um dinamismo novo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação pessoal. Comunhão. Inabitação. Filiação.

Abstract

In the historical development of the theology of the grace there are new orientations. The successive debates of the sixteenth and eighteenth centuries maintained hidden the central doctrine of the Christian, the mystery of his union with Christ, the inhabitation of the Holy Spirit. Grace is personal communion with God, transforms the human being and achieves in him a special relation with the Holy Trinity inhabitant in his soul and impresses upon him a new energy.

KEYWORDS: *Personal communication. Communion. Inhabitation. Affiliation.*

A graça não é somente transformação ontológica do homem (graça criada), mas antes de tudo é comunicação pessoal de Deus ao homem (graça incriada). O homem é transformado e renovado, mas especialmente adquire novas relações pessoais com Deus, para que se torne seu amigo, templo da Trindade e filho adotivo.

Nos séculos após o Concílio de Trento (1545-1563), a Antropologia teológica estudou prevalentemente o aspecto ontológico

* Doutor em Teologia. Professor da Faculdade de Teologia da PUCRS.

(objetivo) dessa transformação. Hoje, ao contrário, dirige sua atenção particularmente aos problemas das relações pessoais que o justo tem para com Deus. Prevalece, portanto, o estudo da graça, não como uma perfeição ontológica, mas como um encontro pessoal com Deus. Esta nova impostação é devida ao retorno às fontes, especialmente aos Padres gregos, como também à influência da filosofia contemporânea personalista e também a um melhor contato com a experiência cristã, pela qual a Teologia prefere considerar a justificação, principalmente não como uma perfeição ontológica, mas na categoria de um encontro: como uma nova presença pessoal, como uma situação determinada de novas relações, de comunhão, entre Deus e o homem.

Nossa existência cristã se funda num Deus trinitário, que habita em nós: em Deus Pai, que nos ama e nós somos seus filhos; em Cristo, que, no mistério da Encarnação e no Mistério pascal, visibiliza o amor do Pai e vem estabelecer sua tenda entre nós (cf. *Jo* 1, 14; *Ap* 3, 20), tornando-se nosso companheiro do dia-a-dia (cf. *Lc* 24, 11-35); no Espírito Santo, que continua a obra redentora de Cristo, pela Igreja, que habita em nós e “intercede por nós com gemidos infáveis” (*Rm* 8, 26). A Trindade santíssima, que mora em nós, é-nos comunicada e alimentada pela Igreja, que sempre de novo renova este amor, particularmente o amor de um Deus, em Cristo, que se encarna, morre e ressuscita por nós. É o hoje e o agora da presença de Deus trinitário em nós pela Igreja. O cristão deificado-divinizado, por sua vez, é interpelado a transformar a graça-dom em tarefa, numa dimensão eclesial-comunitária, missionária e cósmica. Assim procedendo, o cristão está preparando novos céus e nova terra, vivendo desde já a dimensão escatológica da graça, que, na consumação dos séculos, terá sua plena realização, sua plenitude.

Podemos resumir com João Paulo II:

Há uma tentação que sempre insidia qualquer caminho espiritual e também a ação pastoral: pensar que os resultados dependem da nossa capacidade de agir e programar. É certo que Deus nos pede uma real colaboração com a sua graça, convidando-nos, por conseguinte, a investir, no serviço pela causa do Reino, todos os nossos recursos de inteligência e de ação, mas aí de nós, se esquecermos que, “sem mim (Cristo), nada podemos fazer” (*Jo* 15, 5)¹.

¹ JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Novo millennio ineunte* (2001), n. 38.

1 Inabitação²

Esse é o ponto focal da revelação, da vida cristã e, portanto, da graça. A finalidade da revelação é conduzir os homens à comunhão com Deus: “Mediante esta revelação, portanto, o Deus invisível (cf. *Cl* 1, 15; *1 Tm* 1, 17), levado por seu grande amor, fala aos homens como a amigos (cf. *Ex* 33, 11; *Jo* 13, 14-15) e com eles se entretém (cf. *Bar* 3, 38) para convidá-los à comunhão consigo e nela os receber” (Vaticano II: *DV* 2; cf. *DV* 6; *GS* 19). Paulo descreve o caminho para Deus: “porquanto é por ele (Cristo), que ambos temos acesso junto ao Pai num mesmo espírito” (*Ef* 2, 18). Estabelece-se entre Deus e o homem uma relação (comunicação/comunhão) interpessoal, que constitui a íntima realidade da vida cristã e que consiste na doação que Deus faz de Si mesmo ao justo e, portanto, na relação que o justo tem com o Deus uno e trino.

No Antigo Testamento, encontramos o germe da doutrina sobre a graça incriada, especialmente em três situações: a) Deus é o Deus dos justos: “Eu sou o Senhor, o Deus de Abraão, teu pai e o Deus de Isaac” (*Gn* 28, 13). O fato de que “Deus não se dedigna de ser chamado o seu Deus” (*Hb* 11, 16) mostra que o título não é usado só para distinguir o Deus dos patriarcas do das divindades pagãs, mas exprime uma relação que implica fidelidade permanente; b) Deus é presente na vida dos justos como uma presença amigável e benigna; aparece como seu hóspede e conversa com eles (cf. *Gn* 18), sobre o Sinai com Moisés (cf. *Ex* 19), com o povo no deserto (cf. *Ex* 14, 24), no tabernáculo (cf. *Lv* 26, 11), no templo (cf. *Ex* 29, 45). No livro do Eclesiástico se fala da presença de Deus (cf. 24, 16); c) o espírito de Deus é dado aos justos, mesmo se há uma disputa sobre o significado de “espírito” no Antigo Testamento. Basta notar que, muitas vezes, indica a força potente de Deus (cf. *Is* 30, 28) que obtém efeitos portentosos, sobretudo a transformação moral do homem (cf. *Sl* 50, 12-13) e que, em particular, será infundido sobre o Messias (cf. *Is* 11, 1-2)³.

² Traduzimos aqui a nota n. 37 (BINGEMER; FELLER. *Deus-Amor: a graça que habita em nós*, p. 104): Preferimos o termo composto “in-habitação” ao termo comum inabitação, por causa da ambiguidade deste último. Pois o prefixo “in”, além de apontar para o advérbio “dentro de”, é mais comumente usado com o significado de negatividade, como, por exemplo, em infinitude, imensidão, infalibilidade. Por esse caminho, alguém poderia falar de inabitação exatamente no sentido oposto ao que queremos indicar. Em vez de “habitar em”, pode-se erroneamente entender “não habitar.

³ Cf. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Dominum et vivificantem* (18/05/1986), 15: O Messias ungido com o Espírito (cf. *Lc* 4, 18).

No Novo Testamento, a presença salvífica de Deus encontra o seu vértice em Cristo, pois dele provém a água refrescante do Espírito (cf. *Jo* 7, 38-39). Pela encarnação do Verbo, Deus está presente de modo novo entre os homens, habita entre eles, é o Emanuel (cf. *Mt* 1, 21; *Lc* 1, 35; *Jo* 1, 14). Paulo reconhece uma presença de Deus no templo (corpo) do cristão em um contexto moralizante: o pecado do cristão tem uma espécie de gravidade, porque implica o desprezo do espírito dado por Deus (cf. *1 Ts* 4, 7); os corpos dos cristãos são templos de Deus (cf. *1 Cor* 6, 19) e por isso a fornicação e a idolatria têm uma especial malícia (cf. *2 Cor* 6, 14-16). Na Carta aos Romanos, a doutrina da inabituação é rica de consequências (cf. 5, 1-5; 8, 8-16); e em algumas vezes, o templo do Espírito é a comunidade (cf. *1 Cor* 3, 16). João mais vezes afirma que os discípulos de Cristo habitam em Deus e Deus neles (cf. *1 Jo* 1, 3; 2, 6.27-28); existe, assim uma comunhão contínua do discípulo com Deus e de Deus com os justos. A mútua imanência do cristão e de Deus pode ser comparada à união existente entre o Pai e o Filho (cf. *Jo* 17, 21). A especial intimidade da inabituação nos justos é colocada em particular relevo, quando essa é atribuída a Deus uno/trino: “Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e nós viremos a ele, e nele faremos nossa morada” (*Jo* 14, 23). E o Espírito é dado aos fiéis que observam os seus mandamentos, já nesta vida, e permanecerá com eles (cf. *Jo* 14, 15-17).

Desde os primeiros séculos, os Padres repetem as expressões bíblicas nas quais se lê que os justos são templos de Deus. Essa presença é concebida como diferente de toda outra presença divina no mundo. Habitando no cristão, Deus torna-o, em qualquer modo, participante da natureza divina, elevando-o acima de todas as outras criaturas. Nas controvérsias trinitárias, os Padres observam que, se o Espírito não fosse Deus, não poderia divinizar o cristão com a sua presença⁴. A presença

⁴ A presença divina nos justos é concebida pelos Padres do Oriente como essencialmente diferente de qualquer outra presença divina no mundo. As Pessoas divinas de fato mudam essencialmente a relação do cristão com Deus, elevando-o (o cristão) sobre todas as demais criaturas. Isto aparece especialmente quando, nas controvérsias trinitárias, os Padres provam a divindade do Espírito Santo. Se o Espírito Santo não fosse Deus, não poderia divinizar o homem no qual habita. Escreve a esse respeito Santo Atanásio: *Todos somos chamados a ser participantes de Deus pelo Espírito. Mas, se o Espírito Santo fosse uma coisa criada, não haveria por meio Dele comunicação alguma de Deus: seríamos tão-somente unidos a uma criatura e permaneceríamos estranhos à natureza divina. Se, ao invés, pela comunicação do Espírito nos tornamos participantes da natureza divina, somente um louco poderia dizer que o Espírito Santo tem uma natureza criada e não-divina. Não por outra causa se tornam realmente divinizados aqueles nos quais Ele está presente; porque, se Ele diviniza, não há dívida de que Ele também é Deus (I Epístola ad Serapionem 24: PG 26, 585).*

trinitária começa com o batismo, cessa com o pecado, mas é restituída com a penitência. Todos admitem que todas as divinas Pessoas estão presentes na alma do justo e possuem especiais funções na in-habitação. E dão grande importância, quando explicam a in-habitação em relação ao conhecimento e ao amor.

Em relação ao Magistério da Igreja, de particular importância é a Encíclica *Mystici corporis*, de Pio XII (1943), que retoma e completa o ensinamento da Encíclica *Divinum illud*, de Leão XIII (1897). Tratando da união com Cristo, Pio XII fixa algumas orientações para explicar o mistério da in-habitação da Trindade (cf. *DS* 3814-3815):

- a) a inabitação da Trindade é de considerar-se no contexto da nossa união com Cristo, que tem a plenitude do Espírito e que em vários modos comunica-o à Igreja;
- b) a inabitação é um mistério e, portanto, não é estranho, se essa é explicada diversamente pelos teólogos; tal pluralismo tem a sua utilidade para que todos procedam no amor da verdade e no obséquio à Igreja;
- c) princípios a considerar: para perscrutar esse mistério, Pio XII se reporta à visão beatífica “com a qual um dia a mística união obterá o seu cumprimento no céu” e repete as palavras de Leão XIII, na Encíclica *Divinum illud*, segundo a qual existe somente diferença de grau entre visão beatífica e a inabitação: “Nesta celeste visão, será concedido aos olhos da mente humana, revigorada de luz sobrenatural, de contemplar em maneira totalmente inefável o Pai e o Filho e o Espírito Santo, de assistir por toda a eternidade o proceder das divinas Pessoas uma a outra, inebriando-se de uma alegria tal àquela com a qual é bem-aventurada a santíssima e indivisa Trindade” (*DS* 3329-3331; cf. *LG* 2-4, a obra trinitária na vida da Igreja).

2 Explicação teológica

Procurando conceitualizar o problema, os teólogos encontram-se diante de duas dificuldades: a) por qual título (ou mérito) o homem inserido em Cristo possui uma especial relação com a santíssima Trindade?; b) o homem em Cristo tem uma relação somente especial com a santíssima Trindade inabitante, ou há três diferentes relações referentes às três divinas Pessoas, em modo análogo àquela com o qual a humanidade de Cristo tem uma relação especial com o Verbo?

Trata-se de explicar um pouco mais o mistério da inabitação da Trindade na alma do justo.

Para isso, dão-se três sentenças principais:

- a) *Causalidade eficiente*: é a mais próxima aos princípios da metafísica clássica, ou seja, Deus está presente e, onde está, opera. Ora, Deus opera de modo especialíssimo no justo, quando produz a graça santificante; e por isso está presente em modo especial.
- b) *Conhecimento e amor*: reportando-se a santo Tomás (cf. I, 43, 3), alguns autores explicam a inabitação como uma presença que é própria somente das Pessoas, “como a coisa conhecida está presente no conhecedor e a coisa amada no amante”. Para demonstrar, pois, como tal presença é real também nas crianças, antes do uso da razão, recorre-se ao conceito de amizade que exige que um amigo esteja presente no outro (assim faz Deus para com a criança ainda incapaz de corresponder-lhe), ou ao conceito da experimentabilidade de Deus que opera nele (o justo sente em certo modo Deus que age nele).
- c) *Atuação quase formal*: como na visão beatífica, Deus mesmo se une às faculdades humanas, sem circunscrever ou limitar-se a si próprio. Por isso se diz causalidade quase formal, isto é, a modo de causa formal: recordar que a alma é a causa formal do corpo humano, dá vida e vem por ela circunscrita e condicionada.

Embora na diversidade das opiniões, todos os teólogos admitem como essenciais estes dados:

- a) trata-se de uma presença nova, essencialmente distinta da comum presença de imensidade;
- b) é essencialmente ligada à graça e se distingue por grau da visão beatífica;
- c) é uma relação do justo com as três Pessoas divinas que habitam na alma, todas e as três; relação que se verifica mediante o conhecimento e o amor;
- d) não se trata, porém, de uma presença puramente intelectual, moral ou psicológica, no sentido de que as divinas Pessoas estariam presentes somente enquanto objeto de conhecimento e amor, mas de uma presença substancial: significa que o justo possui a Deus mesmo e não somente um efeito sobrenatural distinto de Deus;

- e) e essa presença não constitui, porém, uma união substancial com Deus, mas acidental: acontece por puro dom de Deus, não postulado pela natureza do homem.

3 Relação com as divinas Pessoas: a filiação

Chegamos ao vértice mais alto da vida cristã. “A qualidade de filhos adotivos parece ser no cristão aquilo que une de forma maior ao Cristo enquanto Ele é o Filho de Deus”⁵. Ou como dizia santo Ireneu, o Verbo de Deus se fez filho do homem, para que o homem entre em comunhão com o Verbo e assim, recebendo a adoção, se torne filho de Deus⁶. O fim da encarnação é elevar a humanidade pecadora à filiação adotiva que é a máxima dignidade a qual Deus tem destinado à própria humanidade (cf. *LG* 32), e o coroamento da salvação, porque foi enviado para que vivamos por Ele, participando de sua condição de filho “como filhos no Filho” e assim poder chamar *Abbá*, Pai (cf. *GS* 22). A filiação adotiva tem uma dimensão trinitária, assim como a salvação, da qual é o vértice. A salvação é de fato operada pelo Pai no Filho por meio do Espírito Santo, com o fim de levar o homem por meio do Espírito Santo no Filho ao Pai (cf. *Rm* 1, 4; *2 Cor* 1, 21-22; *Ef* 1, 3-14; *LG* 2-4; *AG* 2-4). O cristão realiza assim a sua salvação, isto é, torna-se filho de Deus, enquanto está em Cristo e é movido pelo Espírito. Por isso, a filiação vem considerada em relação ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo: somos “filhos do Pai no Filho por meio do Espírito” (*GS* 22).

a) Doutrina bíblica

A filiação está no desígnio salvífico do Pai. Deus predestinou os fiéis a reproduzir a imagem do seu Filho. Na Carta aos Romanos (cf. 8, 28-30), Paulo descreve bem o plano de Deus, que constitui o termo final e a origem de toda a história da salvação. O plano abraça os seguintes pontos: eleição de Deus, predestinação dos eleitos e reproduzir a imagem do Filho para que se torne o primogênito entre muitos irmãos; vocação concreta à vida cristã, quando, mediante a fé, o homem acolhe

⁵ MERSCH, E. Filii in Filio. In: *Nouvelle Revue Théologique* 65 (1938), 551-582; 681-702; 809-830.

⁶ Cf. *Adversus Haereses*, 1. 4, c. 33: PG 7, 1074; *Idem*, 1. 5, Prol.: PG 7, 1120; veja outros textos de J. Alfaro. *Cristologia e Antropologia*. Assisi: Cittadella Editrice, 1973, p. 83 ss.

a mensagem da salvação; a justificação (filiação atual); a glorificação (filiação escatológica).

O desígnio paterno de Deus se revela desde o Antigo Testamento: o povo hebreu é chamado filho de Deus (cf. *Ex* 4,22). Fundamento da filiação é a criação (cf. *Is* 45, 10-11) e a aliança (cf. *Dt* 14, 1-2). Filhos de Deus são os reis de Israel (cf. *2 Sam* 7, 14) e os justos. Tal paternidade implica, da parte de Deus, misericórdia e proteção (cf. *Sl* 102, 13); e, da parte do homem, exige honra a Deus e obediência (cf. *Ml* 1, 6).

No Novo Testamento, é colocada em relevo a paternidade divina em relação a Jesus (cf. *Mc* 14, 36); mas se fala também da paternidade divina em relação aos discípulos que podem chamar Deus de pai, em um sentido verdadeiro e novo: o Pai sabe de que coisa eles têm necessidade (cf. *Mt* 6, 7-32); vê também as suas obras escondidas (cf. *Mt* 6, 4-6); nos tempos escatológicos, os filhos de Deus resplenderão como o sol no reino de seu Pai (cf. *Mt* 13, 43). Nasce aqui o comportamento filial dos discípulos para com o Pai (cf. *Mt* 5, 16.45). Paulo apresenta a elaboração teológica da filiação divina: por essa, os cristãos têm uma intimidade com Deus superior àquela dos justos no Antigo Testamento; atitudes de amor e de confiança (cf. *Rm* 8, 14-17). O fundamento de tal filiação é a adoção divina: esta adoção não é um fato puramente jurídico, mas infunde no cristão uma vida nova (cf. *Rm* 6, 4; *Gl* 1, 4), um espírito novo, o Espírito de Deus (cf. *Rm* 8, 14-17). Para João, o tema da filiação é fundamental para exprimir a condição do cristão. O homem torna-se filho de Deus pela regeneração (cf. *Jo* 3, 5-6). A adoção não é uma pura mudança moral, mas uma realidade ontológica (cf. *1Jo* 3, 1-2) pela qual não somos somente chamados filhos de Deus, mas o somos realmente.

b) *A filiação adotiva no Filho: filhos no Filho*

A filiação divina não é participação senão em Cristo. Mas, participando da vida divina, não nos tornamos parecidos com Deus em qualquer modo, mas enquanto somos configurados com a imagem do Filho de Deus. Portanto, filhos no Filho, isto é, a nossa filiação consiste essencialmente na participação da filiação divina natural de Cristo (cf. *Jo* 1, 12-13).

A participação na filiação de Cristo implica uma especial união com Ele, que os Sinóticos exprimem sob a ideia de seguimento de Cristo e que João exprime mais profundamente na imagem da união dos ramos com a videira (cf. *Jo* 15, 1-8), da porta das ovelhas, que é o próprio

Cristo (cf. *Jo* 10, 1-9) ou do Caminho, Verdade e Vida (cf. *Jo* 14, 6). Esta é doutrina fundamental em Paulo, que considera toda a economia da graça e da filiação na prospectiva da união com Cristo. Esta consiste na nossa configuração com Ele no mistério da sua morte e ressurreição (cf. *Rm* 6, 2-11). O apóstolo exprime a nossa união com Cristo, mediante a fórmula “em Cristo Jesus”, tão rica de significado e que Paulo usa (cento e vinte e seis vezes) nos seus escritos.

c) *A filiação adotiva por meio do Espírito Santo*

A Escritura atribui um papel (missão) decisivo ao Espírito Santo, no quadro da vida cristã e da salvação. De uma parte, o Espírito confere ao mistério de Cristo a sua eficácia salvífica, e de outra parte opera a transformação do cristão, isto é, a regeneração e a filiação.

Em relação ao primeiro aspecto, é necessário sublinhar o fato de que os profetas da Antiga Aliança (cf. *Is* 11, 1-9; 61, 1-3) e os apóstolos e evangelistas atribuem a virtude salvífica de Cristo ao poder do Espírito Santo nas etapas-chaves da obra da salvação: a encarnação (cf. *Mt* 1, 18-23), o batismo (cf. *Mt* 3, 13-17), a ressurreição (cf. *Rm* 8, 11), a glorificação (cf. *Rm* 1, 2-4). Assim, a obra do Messias é dispensar aos homens o mesmo Espírito que Ele recebeu e que opera n’Ele como princípio de libertação espiritual e de santidade interior. Em outras palavras, Cristo operará a regeneração espiritual do homem, por meio do dom do Espírito Santo, dom que Ele poderá assegurar aos outros, porque, por primeiro, lhe é dado plenamente. De fato, Cristo ressuscitado e transformado pelo Espírito, foi plenamente investido no seu corpo glorioso do poder divino de santificar e vivificar⁷.

Este Espírito, que é o mesmo do Pai e do Filho, habita em nós (cf. *1 Cor* 3, 16; *Rm* 8, 9.11), nos santifica e justifica (cf. *1 Cor* 6, 11), nos faz participar no mistério da morte e ressurreição de Cristo, nos une ao Pai e a Cristo, nos torna capazes de viver como filhos de Deus (cf. *Rm* 8, 14). Assim, movidos interiormente e vivificados pelo Espírito, os cristãos pertencem a Cristo, são vitalmente unidos a Ele, vivem da mesma vida e são, como Cristo, filhos do Pai. O texto paulino (cf. *Rm* 8, 14-17) coloca em foco o papel especial do Espírito na nossa filiação. Paulo descreve quem são os filhos de Deus (aqueles que são movidos pelo Espírito); a natureza de tal Espírito (não de escravidão, mas de adoção), o testemunho do Espírito (que somos filhos de Deus), as consequências

⁷ Cf. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Dominum et vivificantem*, n. 15ss.

da filiação (se filhos, também herdeiros), as condições (se sofrermos, seremos glorificados).

O Espírito possui em nós uma presença operante, que atinge não somente o ser cristão (a regeneração), mas a própria vida cristã que está sob a moção permanente do Espírito. Enfim, para recordar, a ação principal do Espírito sobre a oração filial do cristão (cf. *Rm* 8, 26-27) e o seu papel de Paráclito é Consolador, Advogado e Testemunha de Cristo e da sua verdade junto àqueles que creem (cf. *Jo*, 14, 15-26).

d) *Fundamento ontológico da filiação*

É verdade que a plenitude da filiação adotiva é uma realidade escatológica, objeto de esperança e de espera. Mas desde agora, no tempo presente, a filiação é conferida como uma realidade atual: realidade imperfeita, sem dúvidas, submetida às leis do progresso, constantemente atacada na sua existência pelo pecado; realidade escondida, inacessível no seu segredo definitivo à consciência daqueles que a possuem: trata-se de uma realidade viva e não de um puro disfarce jurídico.

O seu fundamento real é a regeneração espiritual que nos torna participantes da natureza divina: supera o conceito da adoção jurídica enquanto Deus comunica ao homem uma participação da sua natureza. Assim difere da adoção humana, que é a introdução gratuita de uma pessoa estranha em uma família, na qual gozará dos mesmos direitos e do mesmo amor de um verdadeiro filho, sem sê-lo. Não é também uma filiação natural. A filiação adotiva, sobrenatural, está em qualquer modo em meio à adoção jurídica e aquela natural. É uma adoção, mas de natureza ontológica.

e) *Características trinitárias da adoção*

Os teólogos colocam-se o problema se as relações especiais, que surgem entre o justo e as Pessoas divinas por motivo da adoção filial, hão de se entender como relações reais ou como apropriações. Os teólogos modernos se pronunciam pela primeira solução: o justo tem uma relação com o Pai, em virtude da qual pode ser dito filho da primeira Pessoa da Trindade; com a segunda Pessoa tem uma relação especial de co-filiação; com o Espírito Santo o justo tem uma relação especial, enquanto é movido por Ele e enquanto participa daquele amor com o qual o Pai e o Filho geram a terceira Pessoa da Trindade.

Em outras palavras: a presença das três Pessoas na alma do justo é uma presença de atuação e de regeneração da parte do Filho, e de

animação e de impulso da parte do Espírito. Essa presença trinitária suscita um movimento de retorno para a vida intratrinitária, por meio do Espírito Santo no Filho ao Pai. Esta explicação coloca melhor em destaque o papel do mistério trinitário na vida cristã. Tal vida é participação da plenitude da vida divina que o Pai comunica ao Filho como a geração, e o Pai e o Filho comunicam ao Espírito no amor. O Pai, querendo estender o âmbito da sua paternidade, gerou o gênero humano como filhos no Filho e nos tornou participantes da vida divina do Filho, isto é, da sua filiação terrena. Somos filhos de Deus gerados, renascidos; somos irmãos de Cristo, filhos do mesmo Pai, e Cristo é o “primogênito entre muitos irmãos” (*Rm 8,29*). Somos vivificados pelo mesmo Espírito que faz exclamar “*Abbá-Pai*”, configurando-nos segundo o dinamismo interno da nossa vida cristã. Esta vida cristã é reconhecimento, amor, adoração, louvor, impulso em direção ao Pai que nos atrai (filiação); é imitação/seguimento, solidariedade, amizade, comunhão de vida com o Filho (fraternidade); é atenção, escuta, fidelidade, segurança no Espírito, o qual vem ao encontro de nossa fraqueza para despertar nossa oração ao Pai (santidade).

Referências

- AUER, J.; RATZINGER, J. *Il vangelo della grazia*. Assisi: Cittadella Editrice, 1988.
- BAUMGARTNER, Ch. *La gracia de Cristo*. 2. ed. Barcelona: Herder, 1973.
- BENI, A.; BIFFI, G. *La grazia del Cristo*. Torino: Marietti, 1977.
- BINGEMER, M.C.L.; FELLER, V.G. *Deus-Amor: a graça que habita em nós*. São Paulo: Siquem-Paulinas, 2003.
- COLZANI, G. *Antropologia teologica*. L'uomo: paradosso e mistero. Bologna: Ed. Dehoniane, 1989.
- FEINER, J.; LOEHRER, M. (Org.). *Mysterium Salutis*. A Igreja IV/7. A Graça. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FLICK, M.; ALSZEGHY, Z. *Fondamenti di una antropologia teologica*. Firenze: LEF, 1982.
- GANOCZY, A. *Dalla sua pienezza noi tutti abbiamo ricevuto*. Lineamenti fondamentali della dottrina della grazia. Brescia: Editrice Queriniana, 1991.
- JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Dives in misericordia* (30/11/1980).
- _____. Carta Encíclica *Dominum et vivificantem* (18/05/1986).

LADARIA, L. *Antropologia teologica*. Roma – Piemme Casale Monferrato: Ed. Gregoriana, 1986 (Ed. espanhola, 1983).

MIRANDA, Mário de França. *A salvação em Jesus Cristo*. A doutrina da graça. São Paulo: Loyola, 2004.

RONDET, H. *La grazia del Cristo*. Roma: Città Nuova, 1966.

SANCHEZ SORONDO, M. *La gracia como participación de la naturaleza divina*. Salamanca: Sígueme, 1980.

PEDRO ALBERTO KUNRATH
E-mail: pkunrath@puers.br